

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação	xi
--------------------	----

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização	3
<i>Luciano Lourenço</i>	
La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción	45
<i>Virginia García-Acosta</i>	
Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas	57
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa	79
<i>Norma Valencio</i>	

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade <i>versus</i> reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres	123
<i>Dora Vargas</i>	
O ato de habitar a partir de um programa habitacional1	141
<i>Juliana Nazareno Mendes</i>	
Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé	161
<i>Arthur Soffiati</i>	
A liberdade se equipara à vida	187
<i>Sergio Portella</i>	
Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia	205
<i>Marco Antonio Sampaio Malagoli</i>	

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción¹

Virginia García-Acosta

Presentación

Mi contribución a este libro está basada en mis últimos trabajos teóricos sobre los desastres, el riesgo y la prevención (GARCÍA-ACOSTA, 2009; GARCÍA-ACOSTA, 2014; GARCÍA-ACOSTA; AUDEFROY; BRIONES, 2012). El concepto a desarrollar que elegí, de acuerdo al objetivo planteado por las coordinadoras, es el de la *construcción de la prevención* que, como el título de este capítulo señala, está aún en construcción.

Los aportes que hacia fines del siglo XX e inicios del XXI han hechas ciencias sociales en general al estudio de los desastres y del riesgo han sido notables. La evolución que han tenido las investigaciones sobre ello y los análisis que al respecto se han llevado a cabo, a partir de casos específicos ocurridos en todo el mundo, permiten entender por qué y cómo ciertas metodologías y determinados modelos analíticos llegan a agotarse, al grado de resultar insuficientes para explicar la realidad y dar así paso a nuevas visiones y propuestas analíticas. Lo mismo ocurre con los conceptos.

Deben revisarse permanentemente, a la luz de aquello que el trabajo etnográfico y documental revela. Los conceptos han de someterse al escrutinio de los especialistas para afinarlos y permitir que sean útiles tanto para la teoría como para el análisis de una determinada realidad. Esto último es cada vez más urgente y necesario, en el campo del riesgo y de los desastres, en donde se verifica que, a pesar de los enormes esfuerzos realizados por los países y las agencias internacionales, los efectos y daños catastróficos a nivel global se han incrementado los últimos años.²

-
1. Una versión más amplia de este trabajo apareció en francés en García-Acosta, 2014. El concepto como tal está más trabajado en el presente capítulo.
 2. Al respecto, una de las evidencias más contundentes es el último Global Assessment Report (GAR 15) de la Organización de las Naciones Unidas para la Reducción de Riesgos de Desastre (UNISDR por sus siglas en inglés) lanzado en marzo del 2015. Es el cuarto reporte bienal y da cuenta precisamente de que continuamos viviendo en un mundo constantemente afectado por inaceptables niveles de riesgo provocados por los desastres. Cf. GAR 2015 o su versión (y las anteriores: GAR, 2009; GAR, 2011; GAR, 2013) en línea: www.unisdr.org/we/inform/gar. Ver también Maskrey y Lavell, 2013.

Antecedentes

A lo largo de mi trabajo de investigación dentro del campo de los desastres, que se ha desarrollado particularmente desde la perspectiva de la antropología y de la historia, he adoptado, desechado, construido y deconstruido diversos conceptos. Haciendo un apretado resumen puedo señalar que, a lo largo de las dos últimas décadas y de la mano tanto de los colegas fundadores de LA RED (Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina)³ como de otros académicos especializados en la temática en diferentes partes del mundo, fuimos identificando los elementos claves en el proceso de desastre. Así, dejamos de centrar nuestra atención en el desastre como tal, es decir en el evento, para dar mayor énfasis justamente a los procesos cuya materialización se da precisamente en el evento. A la par, y como resultado de ello, surgieron nuevas propuestas conceptuales que resultaron centrales, tales como la vulnerabilidad y el riesgo, la gestión integral del riesgo y la prevención. Finalmente, identificamos al riesgo de desastre como el acercamiento más adecuado para analizar los procesos. Un concepto sumamente útil para entenderlos ha sido el de la *construcción social de riesgos*, entendida como la construcción material de riesgos, insistiendo siempre en no confundirlo con aquél que, muchas veces fraseado igual, se refiere a la percepción social de riesgos. Más adelante retomaré algunas de estas ideas, ya que resultan útiles para la propuesta que constituye el núcleo del presente capítulo.

Dentro de ese proceso de construcción-deconstrucción de conocimiento, fue surgiendo la necesidad de contar con nuevos conceptos que pudieran dar cuenta de los procesos que algunas comunidades desarrollan a lo largo de su historia para hacer frente a amenazas recurrentes. Es ése el propósito específico de este capítulo: plantear la génesis y descripción de una propuesta novedosa que, derivada de la realidad etnográfica y relacionada con lo que se ha dicho antes, denominamos la *construcción social de la prevención*. Pretendemos definirla y asociarla con otros conceptos relevantes que se han desplegado en los trabajos modernos sobre el estudio de los desastres. Con todo ello esperamos incitar a la discusión sobre su pertinencia.

Tal como mencioné al principio de este escrito, los conceptos adquieren relevancia una vez que se han discutido, criticado, enriqueci-

3. Cfr. www.desenredando.org.

do y pueden, entonces, incorporarse como piezas útiles para generar mejor conocimiento que resulte aplicable para el objetivo fundamental que es la prevención de los desastres.

Las herramientas conceptuales para estudiar los desastres

El estudio de los desastres, durante los últimos 25 años, ha provisto a su cuerpo teórico con una serie de conceptos que han permitido avanzar y profundizar en el conocimiento de los mismos y enfilar los esfuerzos hacia el objetivo fundamental de su estudio, que es la identificación del riesgo de desastre (entendido como una derivada de la amenaza, la exposición y la vulnerabilidad) y de sus principales transmisores o *risk drivers* (desarrollo urbano y regional no planeado, degradación ambiental, pobreza, gobernanza endeble, cambio climático) para poder actuar en consecuencia.⁴

Como todos los fenómenos sociales complejos, los desastres y el riesgo, así como la búsqueda de su prevención, se han beneficiado con la aproximación multidisciplinaria de su estudio. Este enfoque ha permitido lograr aportaciones sustanciales provenientes de las distintas disciplinas desde las cuales han partido los estudios correspondientes en diferentes países.

Algunos conceptos utilizados en este campo de estudio fueron usados primero para explicar fenómenos físicos; otros provienen de la geografía física; otros más de la antropología, de la historia o de la economía. No faltan los que tuvieron sus primeras aplicaciones en el mundo de los negocios y los seguros.

Retomo en particular cinco de ellos: *vulnerabilidad, construcción social del riesgo, capital social, resiliencia y estrategias adaptativas*. Se trata de un conjunto que hace referencia a procesos y características, a atributos y capacidades que despliegan los grupos sociales comunitarios y que han sido desarrollados y tratados desde diferentes ángulos. En esta ocasión solamente haremos menciones escuetas a ellos, con la intención de desplegar una guía para ubicar y enlazar el concepto que en este ensayo nos ocupa: la *construcción social de la prevención*.

4. Un glosario muy completo y actualizado de términos, nociones y conceptos se puede consultar en: GAR 15:cclxviii-cclxix.

Los conceptos de *vulnerabilidad*, *riesgo* y *construcción social del riesgo* se derivaron del llamado *enfoque alternativo* adoptado por LA RED antes mencionada y bautizado como tal por Kenneth Hewitt (1997). Centrado en la vulnerabilidad y en el riesgo, esta perspectiva permitió a los estudiosos analizar sus relaciones dialécticas y dinámicas y, por ende, vincular a las amenazas con las circunstancias específicas de las comunidades.

La *vulnerabilidad* es, así, una característica de los individuos o de grupos sociales ante determinadas circunstancias. Se refiere a la susceptibilidad de sufrir daño y pérdidas debido a factores socialmente construidos que provocan condiciones inestables en el medio ambiente. En un inicio, se consideró a la pobreza como una variable determinante de las vulnerabilidades sociales. No obstante, el conocimiento empírico fue mostrando que, aun cuando la vinculación entre ambos es muy relevante, la pobreza no es un requisito para generar condiciones de vulnerabilidad. Concebimos así a la *vulnerabilidad* como una dimensión más precisa de la exposición al riesgo de desastre que la pobreza, ya que incorpora los procesos e impactos del subdesarrollo. En este sentido se puede afirmar que no todos los pobres son vulnerables a los riesgos y a las amenazas, ni lo son todos los pobres de la misma manera, pues algunas personas que no están en condición de pobreza son también vulnerables (HILHORST; BANKOFF, 2004).

La *construcción social del riesgo* es un concepto que surge a partir de los anteriores. Se ha definido como un proceso que desarrollan los grupos o las comunidades y que los colocan en diferentes estadios o niveles de vulnerabilidad. Refiere a las formas en que la sociedad construye contextos vulnerables que provocan desajustes con el medio ambiente, creando nuevos riesgos en una cadena continua. Fue, en suma, a partir del ejercicio teórico junto con los estudios de campo y la etnografía resultante, lo que hizo posible la vinculación entre vulnerabilidad y riesgo, e identificar que los grupos sociales en determinadas circunstancias construyen ellos mismos el riesgo. Reconocemos que los desastres asociados con amenazas naturales constituyen el producto de una multiplicidad de factores, entre los cuales se manifiestan como determinantes e íntimamente ligados la *vulnerabilidad social*, como una característica de los individuos o de los grupos sociales y el proceso de *construcción social de riesgos*.

Más adelante, buscando herramental teórico para poder analizar las formas diferenciales en el comportamiento de los grupos sociales

sometidos a amenazas recurrentes, incorporamos otro concepto al análisis, el de *capital social*. Se trata de un concepto que ha sido trabajado desde diferentes perspectivas y enfoques y, a la fecha, aún no se ha desarrollado una definición única, que permita incluir sus diversas particularidades. Entre éstas podemos mencionar la solidaridad y su consecuente fuerza cohesionadora, los valores éticos al interior de las comunidades, la creación y mantenimiento de redes sociales, entre otras. En el caso específico que nos ocupa, el estudio del riesgo y de los desastres como procesos, concebimos al *capital social* como uno de los atributos de una comunidad, que permite identificar variables determinantes para lograr la cohesión necesaria dentro de ella y generar cambios encaminados a disminuir la vulnerabilidad e incrementar la capacidad de anticipar, absorber pérdidas y recuperarse.

Por ello, sumamos a nuestro paquete teórico un concepto aún muy discutido, y en algunos ámbitos incluso rechazado: la *resiliencia* que, originalmente, fue utilizado por la física teórica. En la literatura en materia de desastres se usa cada vez con mayor frecuencia. La entendemos como una habilidad o capacidad que desarrolla un grupo o comunidad determinados para resistir, adaptar y, en su caso, mejorar su circunstancia o contexto ante amenazas específicas recurrentes.⁵

La construcción social de la prevención: un nuevo concepto en construcción

Sabemos que las sociedades, con frecuencia a través del Estado, han desplegado su potencial de organización para enfrentarse a amenazas recurrentes. Se ha estudiado profusamente esta vertiente histórica de las sociedades, dentro de la cual hay casos elocuentes, sobre los cuales sólo menciono los cuatro siguientes que, abundantemente documentados, se relacionan todos con inundaciones recurrentes y corresponden a espacios y tiempos muy diversos.

- a) Las inundaciones periódicas del río Nilo en Egipto, que datan de los inicios de esa civilización asentada precisamente en las riberas de su cauce medio y bajo. Lejos de considerarse catastróficas, esas mismas inundaciones dan cuenta de un conocimiento y adecuada

5. Resulta particularmente reveladora la discusión de Cannon (2008) alrededor de la relación vulnerabilidad-resiliencia a partir de los cinco componentes que analiza: medios de subsistencia (livelihood), bienestar (wellbeing), auto protección, protección social y gobernanza.

gestión a partir de la construcción de canales y diques, a la cual acompañaba un acucioso registro a través del *nilómetro*, que permitía medir el nivel de sus aguas. Lo anterior posibilitó no sólo controlar sino beneficiarse de las crecidas de ese monumental río, el mayor de África.

- b) El segundo ejemplo proviene del periodo prehispánico de lo que hoy es México: la ciudad de Tenochtitlan, actual ciudad de México. Había sido construida sobre una isla que se inundaba con frecuencia. Gracias al conocimiento de la topografía del lago y sus características ambientales, sus gobernantes mandaron levantar una albarrada de más de 15 kilómetros de largo y mantuvieron durante años a un equipo de buzos entrenados en la construcción, limpieza y mantenimiento de dichas obras. Con la conquista de los españoles (1519) se suspendieron esas obras y su mantenimiento, como producto de lo cual la ciudad fue víctima de las peores inundaciones de su historia.
- c) Histórica y repetidamente la ciudad de Valencia, en el Levante español, sufrió las consecuencias del desbordamiento del río Turia, que atravesaba la ciudad. Hay registros que parten del siglo XIV y que a mediados del siglo XX sumaban cerca de un centenar. En 1957 ocurrió una de las más grandes de esas *riadas*, denominación común en la zona para hacer referencia a avenidas o crecidas de ríos. El impacto fue severo en la población y la economía valencianas. Como resultado de ese suceso, a partir de 1965 se inició el estudio y ejecución de la denominada “Solución Sur” consistente en desviar el cauce del río que nunca más pasó por el centro de Valencia. En su lugar se encuentra hoy la Ciudad de las Artes y las Ciencias.
- d) Por último un ejemplo que es quizás el que ha tenido mayor difusión dada su magnitud: el conocido como Plan Delta en los Países Bajos. Si bien en las primeras décadas del siglo XX ya las autoridades correspondientes habían diseñado planes para el control de inundaciones en esa región del mundo que, en su mayoría, se encuentra por debajo del nivel del mar, fue a partir de la gran inundación de 1953 que se conformó el mencionado Plan. Un caso ejemplar de planeación estatal exitosa cuyos trabajos de infraestructura en el delta del río Rin, tardaron más de cuatro décadas en que se construyeron represas, diques,

canales y reservorios. Emplearon el método tradicional holandés de los *grassland polders* que constituyen tierras ganadas al mar que, incluso, se conoce como la exitosa “gestión holandesa del agua”.

No obstante, el aspecto menos estudiado y que considero relevante para orientar las políticas públicas hacia la prevención de desastres son aquellos productos de la cultura material y organizacional que algunas comunidades autónomamente han emprendido, generalmente de forma organizada, como respuestas ante amenazas que han acechado a esas comunidades por periodos largos en el tiempo. Hacia esa temática, que se detiene y privilegia el punto de vista local, he enfocado mis trabajos de investigación más recientes. Ello ha permitido identificar la necesidad imprescindible de desarrollar herramientas conceptuales adecuadas, que permitan definir y diferenciar estos aspectos de la cultura de las comunidades que, en muchas ocasiones, tienen incluso orígenes diferentes a la defensa contra las amenazas. A través de la utilización de la metodología y del instrumental teórico que nos proporcionan la historia y la antropología, hemos podido avanzar en esta vertiente del estudio del riesgo y de los desastres, a partir de desarrollar dos conceptos íntimamente ligados: las *estrategias adaptativas*, como procesos que desarrollan las comunidades y grupos en la búsqueda de la prevención, y la *construcción social de la prevención*.

Al respecto resultaron muy reveladores los resultados producidos a partir de la creación de la *Red sobre riesgo y vulnerabilidad: estrategias sociales de prevención y adaptación*, cuyo objetivo estuvo centrado en la recuperación de conocimiento ancestral, culturalmente construido y asociado a la prevención de riesgos ante amenazas hidrometeorológicas recurrentes, a partir de casos en diferentes regiones del planeta.⁶ El punto

6. Esta *Red sobre riesgo y vulnerabilidad* fue producto de un proyecto desarrollado en el CIESAS, México, coordinado por Fernando Briones y por mí, financiado por el CONACYT mexicano y la Unión Europea (cf. <http://redriesgoresiliencia.ciesas.edu.mx/>) y cuyo principal producto, además de la creación de esa red mexicano-europea, fue la publicación titulada *Estrategias sociales de prevención y adaptación. Social strategies for prevention and adaptation* (GARCÍA-ACOSTA; AUDEFROY; BRIONES, 2012). Al momento está en desarrollo un proyecto que, derivado de la creación de esa *Red*, ha sido aprobado por el Séptimo Programa Marco de la Unión Europea titulado *Enabling Knowledge for Disaster Risk Reduction in Integration to Climate Change Adaptation*, bajo la coordinación del Politécnico de Milan y la participación de 10 instituciones académicas, entre ellas el CIESAS, bajo la coordinación de Fernando Briones y mía (cf. http://cordis.europa.eu/project/rcn/108802_es.html).

de partida se basó en considerar que las sociedades han construido y reconstruido formas diversas para hacer frente y prevenir los efectos relacionados con la presencia de una amenaza natural, a las que denominamos estrategias sociales de prevención y adaptación o *estrategias adaptativas*.

Como es evidente, nuestras preocupaciones se han centrado en la recuperación y el estudio de la evolución de la cultura material y organizacional en comunidades sometidas a amenazas recurrentes. Advertimos que el poner énfasis en los procesos sociales locales, así como en la evolución de los elementos constructivos, entre los cuales el más evidente es el de la casa-habitación,⁷ era posible identificar aspectos que se han aplicado a partir de las experiencias exitosas, de las lecciones aprendidas de las comunidades para sortear las amenazas recurrentes.⁸

A partir de la somera revisión que hice, páginas atrás, de los conceptos utilizados para el estudio moderno de los desastres y poniendo en escena la importancia de incorporar el nivel local-comunal, podemos advertir que el concepto que aquí nos ocupa, el de la *construcción social de la prevención*, fue una derivación directa de aquéllos con los que han trabajado los así identificados como especialistas en el campo de los riesgos y desastres.⁹

Resulta pertinente mencionar que ambos conceptos, *construcción social de la prevención* y, particularmente, *estrategias adaptativas*, están inspirados en antropólogos como Julian Steward (2014)¹⁰ y Herman Konrad (1996). Del primero retomamos su propuesta de adaptación cultural en la relación del hombre y de la sociedad con el medio ambiente, y de Konrad el de estrategias que él denomina de subsistencia para el caso de las desarrolladas por los mayas prehispánicos y contemporáneos frente a los huracanes. Con base en sus planteamientos y asociado con el riesgo y los desastres, hemos propuesto el concepto de *estrategias*

7. Cf. los diversos trabajos que al respecto ha publicado Joel F. Audefroy, entre ellos “Adaptación de la vivienda vernácula a los climas en México” y “Las sequías en el área maya: estrategias tecnológicas y adaptativas”, ambos publicados en García-Acosta, Audefroy y Briones, 2012.

8. Consciente del peligro que hablar de “comunidad” en un sentido idílico puede acarrear (Cf. Cannon, 2008), debo aclarar que aquí hacemos referencia a la recuperación de acciones y prácticas que ya han probado ser eficientes y efectivas ante la presencia recurrente de amenazas naturales.

9. En la jerga común a veces se nos conoce como “desastrólogos”.

10. Cito aquí la primera edición en español del libro clásico de Steward, cuya primera aparición en inglés data de 1955.

adaptativas. Éstas provienen de la identificación en las comunidades de cambios que ocurren en su cultura como respuesta a modificaciones en su medio ambiente. Como se verá enseguida, la definición del concepto en construcción contiene estos mismos elementos, pero aplicados específicamente a las comunidades que están sometidas a amenazas naturales recurrentes.

La *construcción social de la prevención*, desde la perspectiva local-comunitaria, se refiere a las formas en que la sociedad construye contextos preventivos ante la presencia recurrente de amenazas. Se trata de acciones, prácticas, conductas que provocan cambios permanentes en la cultura material y organizativa de las comunidades y grupos afectados. Por lo general, derivan en *estrategias adaptativas* exitosas para prevenir o mitigar el nivel de impacto y daño ante la presencia de determinadas amenazas. Las sociedades o grupos pueden desplegar *resiliencia* como una habilidad desarrollada en su interacción a lo largo de generaciones con el medio ambiente, implementando prácticas adaptativas exitosas y, a partir de ello, crear nuevos contextos que disminuyan la *vulnerabilidad* ante la presencia de amenazas recurrentes.

En uno de los primeros textos en los que se usó la *resiliencia* asociada con desastres, su autor hace referencia al caso de las sucesivas hambrunas en la India a lo largo de más de un siglo (1858-1968) y a la capacidad diferencial para enfrentarlas por parte de las que denomina “sociedades tradicionales” (Torry, 1979). Podríamos considerar que la que denomina “*inteligencia*”, que define como el conjunto de información que permite delimitar las fronteras de un problema, y que divide en predictiva, retrodictiva o retroactiva y operacional, estaría detrás de las *estrategias adaptativas* alimentándolas y sustentándolas.

Considero fundamental mencionar que las ideas que he venido presentando se han elaborado como producto de un flujo continuo entre teoría y etnografía, sea ésta histórica basada en documentos, o contemporánea derivada del trabajo de campo. Que, conforme avancen los estudios sobre los diferentes aspectos de los desastres en la evolución de las comunidades, particularmente en territorios con amenazas recurrentes, se irán enriqueciendo.

Mi pretensión ahora es que este cuerpo teórico nos ayude a explicar cuál es la dinámica de los grupos para poder lograr cambios, tanto organizacionales como materiales, a manera de respuestas positivas para

hacer frente a las amenazas recurrentes. Idealmente podremos lograr, en forma unificada, explicar las condiciones y circunstancias a través de las cuales se produce la *construcción social del riesgo* y cuáles otras generan procesos que llevan a la *construcción social de la prevención*.

Esta ambiciosa búsqueda teórico-práctica para la comprensión de los desastres pretende, al final, convertirse en una más de las herramientas útiles para el desarrollo de políticas públicas para la prevención.

Referencias Bibliográficas

CANNON, T. Reducing People's Vulnerability to Natural Hazards: Communities and Resilience. En: **WIDER** Research Paper 34, Helsinki: United Nations University

GAR 15: UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2015**. Making Development Sustainable: The Future of Disaster Risk Management. Ginebra: UNISDR, 2015.

GARCÍA-ACOSTA, V. Prevención de desastres, estrategias adaptativas y capital social. En: KOFF, H. (Org.). **Social cohesion in Europe and the Americas**. Power, time and space. Bruselas: P.I.E. Peter Lang, 2009. p. 115-130.

_____. De la construction sociale du risque à la construction sociale de la prévention: les deux faces de Janus. En: BRÉDA, C; CHAPLIER, M.; HERMESSE, J.; PICCOLI, E. (Orgs.). **Terres (dés) humanisées: ressources et climat**. Ginebra: Academia-L'Harmattan Editions, 2014. p. 297-318.

GARCÍA-ACOSTA, V; AUDEFROY, J. F.; BRIONES, F. **Estrategias sociales de prevención y adaptación. Social strategies for prevention and adaptation**. México: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/FONCICYT (CONACYT-Unión Europea), 2012.

HEWITT, K. **Regions of risk: a geographical introduction to disasters**. Londres: Longman, 1997.

HILHORST, D.; BANKOFF, G. Introduction: mapping vulnerability. En: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. (Orgs.). **Mapping vulnerability: disasters, development and people**. Londres: Earthscan, 2004. p. 1-9.

KONRAD, H. W. Caribbean tropical storms. Ecological implications for pre-Hispanic and contemporary Maya subsistence practices on the Yucatan Peninsula. **Revista Mexicana del Caribe**, México, v. 1, p. 98-130, 1996.

MASKREY, A.; LAVELL, A. **The future of disaster risk management**. A scoping meeting for GAR 2015. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2013.

STEWART, J. H. **La teoría del cambio cultural**. La metodología de la evolución multilineal. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Universidad Iberoamericana/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2014.

TORRY, W.I. Intelligence, Resilience and Change in Complex Social Systems: Famine Administration in India. **Mass Emergencies**, v.2, p. 71-85, 1979.